

ÍNTEGRA DO DISCURSO DA MINISTRA DO MEIO AMBIENTE, IZABELLA TEIXEIRA

A qualidade de vida nas cidades foi tema recorrente nos protestos de rua que ocorreram em meu país no ano passado, especialmente os desafios relacionados à mobilidade urbana. A exclusão social e as injustiças ambientais caminham de mãos dadas. Devemos frisar que um subproduto da segregação social é uma crise ambiental. Os mais pobres são privados de ar limpo e água de qualidade, saneamento adequado, serviços de transporte e moradia decente.

Como parte de um esforço para reverter essa situação, em outubro passado, milhares de representantes de todas as partes do Brasil se reuniram em uma conferência nacional para debater as melhores soluções para o descarte de resíduos sólidos, um dos pilares da sustentabilidade urbana.

O Grupo de Trabalho Aberto, encarregado pela Rio+20 de formular uma proposta de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reconheceu a necessidade de focar em sustentabilidade urbana. O Grupo então definiu como um de seus objetivos globais o de "fazer com que as cidades e assentamentos humanos sejam inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis". Apoiamos integralmente essa proposta. De fato, eu expus a necessidade urgente de se enfrentar essa questão no Painel de Alto Nível sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, do qual tive o privilégio de participar, a convite do Secretário Geral da ONU.

Na América Latina, a grande maioria de nossos cidadãos vive em áreas urbanas. A região Amazônica brasileira abriga mais de 20 milhões de pessoas, a maior parte delas morando em cidades. A luta para mitigar e se adaptar à mudança do clima nesse bioma não passa apenas pelo combate ao desmatamento ilegal. É também uma luta para melhorar a qualidade de vida e a sustentabilidade das cidades. A transição para padrões mais sustentáveis de produção e consumo é, acima de tudo, um desafio urbano.

Os princípios e objetivos de nossa Política Nacional de Mobilidade Urbana foram estabelecidos em 2012. Na época, o Plano Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima, um plano voluntário, também entrou em vigor.

Nossa maior contribuição para a redução da emissão de GEE vem do uso do solo, por meio da redução inédita do desmatamento e o aumento substancial na produtividade agrícola.

Se nosso compromisso com a mudança social e a paisagem ambiental de nossas cidades pelo mundo é real, então não podemos mais adiar as ações que vão torná-las mais inclusivas e resilientes, saudáveis, mais seguras e mais sustentáveis.

Nesse sentido, já passa da hora de trabalharmos em prol de um paradigma no qual é dada a consideração devida a questões como a introdução de variáveis ambientais à mobilidade urbana e critérios para obras de construção. As políticas públicas devem focar na ampla utilização de tecnologias que reduzam resíduos sólidos e emissões, a exemplo do que aconteceu no país durante a Copa do Mundo.

Nossos esforços para limitar o aumento das temperaturas globais abaixo de dois graus centígrados deve envolver uma mudança nos estilos de vida. Esses esforços significam tornar nossas cidades mais sustentáveis, inclusive em relação à erradicação da pobreza.

O acordo global ambicioso com o qual nos comprometemos deve envolver todos os segmentos de nossas sociedades, com atenção especial às cidades. Isso significa abordar suas vulnerabilidades específicas, em termos de padrões de clima e medidas de adaptação à mudança do clima. Mas nossos esforços também devem se beneficiar do compromisso de autoridades locais, sindicatos e movimentos sociais e ambientais. As mudanças nos estilos de vida serão influenciadas positivamente por meio de mobilização e engajamento ativo das populações urbanas e movimentos sociais, como os que vimos em Nova York, Rio de Janeiro e tantas outras cidades em todo o mundo semana passada.

Obrigada.